

Dos armazéns de armas aos atuais museus militares da Direção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo

Mariana Jacob Teixeira²⁶

Resumo - Abstract

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a evolução cronológica dos museus militares, em Portugal, no ramo Exército, desde a criação dos armazéns de armas até à constituição dos atuais museus militares na dependência da Direção de História e Cultura Militar (DHCM). A análise inclui um breve estudo comparativo com a realidade vivida, na mesma época, em outros países europeus, de forma a ser possível perceber se Portugal era ou não influenciado pelas tendências vindas do exterior.

Esta investigação teve como base o trabalho de projeto intitulado “A natureza e gestão das coleções dos museus militares na dependência da Direção de História e Cultura Militar (Exército)”, orientado pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo, em 2011, no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

This paper presents some thoughts about the chronological development of military museums in Portugal (Army), since the creation of the warehouses of weapons to the constitution of the current military museums in the dependence of the Direção de História e Cultura Militar (DHCM). The reflection includes a brief comparative study between realities, at the same time, in other European countries, so it would be possible to understand if Portugal was or was not influenced by trends from abroad.

²⁶ Licenciada em Arqueologia (2007) e Mestre em Museologia (2011) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Militar do Exército português entre 2005 e 2011, tendo desempenhado funções da área da museologia no Museu Militar do Porto, nomeadamente serviços educativos, documentação, estudo e interpretação de coleções.

BA in Archaeology (2007) and Master in Museology (2011) from the Oporto University Humanities Faculty. Military of the Portuguese Army between 2005 and 2011, having museological responsibilities at the Oporto Military Museum, including educational services, documentation, study and interpretation of collections.

mariana.jacob@hotmail.com

TEIXEIRA, Mariana Jacob – Dos armazéns de armas aos atuais museus militares da Direção de História e Cultura Militar. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 182-200.

This essay was written based on the research study “The nature and management of museum collections under the authority of Direção de História e Cultura Militar (Army)”, for the Oporto University Humanities Faculty Master Degree in Museology, in 2011, under the supervision of Professor Alice Semedo.

Palavras-chave - Keywords

Exército, museus militares, armazéns de armas, coleções.

Army, military museums, warehouses arms, collections.

*Dos armazéns de armas aos atuais museus militares da Direção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo*²⁷

Mariana Jacob Teixeira

Introdução

O presente artigo resulta de uma parte da investigação desenvolvida para o trabalho de projeto intitulado “A natureza e gestão das coleções dos museus militares na dependência da Direção de História e Cultura Militar (Exército)”, apresentado, em 2011, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia. O trabalho foi realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Alice Lucas Semedo.

No âmbito do trabalho de projeto referido os dados aqui apresentados encontram-se desenvolvidos no segundo capítulo da parte I. É objetivo deste artigo desenvolver uma reflexão sobre a evolução cronológica dos museus militares, em Portugal, no ramo Exército, desde a criação dos armazéns de armas até à constituição dos atuais Museus Militares na dependência da DHCM. É focada com especial atenção a criação do Museu Militar de Lisboa (1851), do Museu Militar do Buçaco (1910), do Museu Militar de Bragança (1929), do Museu Militar do Porto (1977), do Museu Militar de Coimbra (1985), do Museu Militar de Aljubarrota (1985), do Museu Militar dos Açores (1993), do Museu Militar da Madeira (1933) e do Museu Militar de Elvas (2006).

²⁷ Artigo baseado no projeto de investigação intitulado “A natureza e gestão das coleções nos museus militares na dependência da Direção de História e Cultura Militar (Exército)”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Museologia na Faculdade de letras da Universidade do Porto, segundo a orientação da Professora Doutora Alice Lucas Semedo.

Article based on the research project entitled “The nature and management of museum collections under the authority of Direção de História e Cultura Militar (Army)”, developed in the context of the Museology Master degree course at Oporto University Humanities Faculty, under the supervision of Professor Alice Lucas Semedo.

Disponibilizado em/Available at URL: <http://hdl.handle.net/10216/57349>.

A análise inclui, na medida do possível, um estudo comparativo com a realidade vivida, na mesma época, em outros países europeus, de forma a ser possível perceber se Portugal era ou não influenciado pelas tendências vindas do exterior. A análise sobre o processo de criação/extinção dos museus militares portugueses ao longo de cerca de dois séculos foi importante para se poder compreender o processo de incorporação das coleções que constituíram o caso de estudo do trabalho de projeto supramencionado.

Apontamentos sobre a génese dos museus militares

A história dos museus militares inicia-se muito antes do seu reconhecimento oficial por volta do século XIX. Podemos encontrar a sua origem nos armazéns de armas ou armarias do Renascimento. Existia, com frequência, nas residências senhoriais fortificadas ou nos castelos, armazéns onde se guardavam e conservavam as armas necessárias para os senhores apetrecharem os seus homens. Num artigo sobre a residência senhorial fortificada, entre os séculos XII – XV, Mário Barroca faz referência ao exemplo da Torre da Cunha mandada construir por D. Lourenço Fernandes da Cunha, no final do século XII, e que representa, segundo o autor, o mais remoto exemplo para este tipo de construção senhorial, que é possível documentar em Portugal (Barroca 1997, 48). Através de um documento designado “Mentio de Malefactoria” é possível conhecer que entre o mobiliário desta residência se incluíam “quarenta escudos, de diversos capelos de ferro e de muitas armas não especificadas” (Barroca 1997, 48-49). Neste contexto, Rui Carita alude à existência de salas de armas na Madeira, “Também o Funchal teve as suas Salas de Armas. E não nos referimos só às dos Capitães Donatários com que armavam os seus servidores, mas também a outras, pois outros Senhores da ilha, pelas constantes lutas em que andaram envolvidos, dão sinal seguro de que igualmente as possuíam. A primeira Sala de Armas da Ilha terá sido a do Capitão Donatário do Funchal [...] e tudo indica que terá ocupado no século XVI a sala gótica do primeiro piso do torreão manuelino da Fortaleza, hoje de São Lourenço. [...]. Esta Sala de Armas, que temos referências ainda existir no século XVIII, terá sido dispersa no século seguinte e talvez ainda durante este século, pelas sedes das companhias de milícias” (Carita 1979, 4).

Por volta do século XVI, os armazéns de armas ou armarias começam a perder a sua função predominantemente militar e passam, em muitos casos, a assumirem-se como espaços para exposição do armamento (de marcado carácter decorativo), tendo como objetivo a ostentação do poder e riqueza dos seus proprietários, tal como é referido no catálogo do Museu Militar, “A arte e a indústria, embelezando com ornatos preciosos as armaduras do guerreiro, e fabricando-as até de prata, converteu-as de simples defeza em traje de gala. Tornavam-se joias de família, já pelas recordações históricas, já pela delicadeza do trabalho, e andavam-lhes ligadas, por veses, tradições de esforçados feitos, como também de galanteios românticos de seus primeiros possuidores, dando azo a lendas fantásticas” (Catálogo do Museu Militar - Antigo Museu da Artilharia 1930, 5).

Em consequência do processo de embelezamento do armamento assistiu-se, neste período, ao fomento do colecionismo. O ato de colecionar pressupunha, normalmente, uma reserva de riqueza, constituindo um privilégio dos reis ou da nobreza e do clero. Alguns exemplos destas coleções são: a Coleção de Armas de Henrique VIII (século XVI, Torre de Londres, Grã-Bretanha); o Gabinete de Armas de Luís XII (século XVI, castelo de Amboise, França); a Real Armaria (século XVI, coleção de Carlos I, Madrid, Espanha); Coleção de Ambras de Fernando I (século XVI, Viena, Áustria).

Em Portugal, no reinado de D. Manuel I foi criado o depósito de armamento estabelecido no antigo Paço da Ribeira. Damião de Góis fazendo referência a este depósito de armas afirma: “Vi eu muitos desses museus de armas, mas o nosso é mais rico, não só pela quantidade das máquinas de guerra como pelo número quase infinito de armas e lanças” (Machado 1937, 52-53).

Antes do terramoto de 1755 existiam, em Portugal, várias coleções de armas que pertenciam a particulares, sendo algumas das mais notáveis a dos Condes de Ericeira, a de Santarém e a da vila de Alfândega da Fé (Catálogo do Museu Militar - Antigo Museu da Artilharia 1930, 10). Ressalva-se que, “o interesse em guardar estas coleções não era de carácter utilitário: conservavam-se numa sala de uma habitação quase sempre luxuosa, ou as armas dos antepassados e heróis das famílias ou o material bélico

finamente decorado, revestido de ouro ou prata, mais objectos de arte do que relíquia de guerra” (Santos 1970, 67).

No século XVIII, o espírito enciclopedista terá contribuído para que o ato de colecionar adquirisse um valor científico, sistemático, metódico e especializado. Assim, as coleções de armas e de história militar passaram a ser utilizadas como objeto de estudo das elites militares no âmbito do seu processo de aprendizagem, como por exemplo, o depósito de modelos de boca de fogo organizado, numa sala do Armazém Real da Bastilha (Paris, França), pelo marechal Duque de Humières, com autorização de Luís XIV, para servir como elemento de estudo aos oficiais de artilharia, em início da carreira.

Em Portugal, D. João V instituiu o costume de fabricar armas de caça de grande qualidade para uso dos membros da Corte e da Família Real, feitas pelos mestres da Fábrica de Armas integrada no Arsenal, à qual se deu o nome de “Fábrica Real”. É ainda durante este reinado que se projeta um palácio para as armas. Contudo, só com Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto primeiro-ministro de D. José, é que o projeto toma forma e o edifício é mandado construir. Deste modo, fomentou-se a criação das Casas de Armas, que mais não seriam do que Gabinetes de Armas, procurando deste modo compensar a perda com o terramoto de 1755, da secção de armaria organizada por D. Manuel I, no Paço da Ribeira. No mesmo edifício criaram-se as condições de deleite, exposição e de manufatura, reunindo-se um conjunto de ofícios que estavam inseridos no contexto das reformas de ensino e no âmbito geral dos princípios das Luzes.

Museus Militares – criação e afirmação

Os primeiros museus militares que abrem ao público são criados a partir do século XIX, na Europa, e caracterizam-se por um marcado carácter romântico que tem como consequência a incorporação de armas e outros objetos relativos ao Exército, tais como troféus de guerra ou *memorabilia* de determinada personalidade militar, que refletiam o culto prestado a essas mesmas personalidades ou ações militares, exacerbando desse modo as glórias nacionais (Hernández Hernández 2006, 9). Alguns

dos exemplos mais relevantes são: o Heeresgeschichtliches Museum (Viena, Áustria); o Real Museo Militar Español (Madrid, Espanha); o Musée de l'Armée (Paris, França).

Em Portugal, após algumas experiências embrionárias, já referidas, realizadas em séculos anteriores, assiste-se, na segunda metade do século XIX (que ficou marcada pelo vitorioso movimento político-militar de maio de 1851 que deu início à Regeneração e pela crescente importância dada ao império português), ao processo de organização do primeiro museu militar, pela ação do Barão do Monte Pedral. São determinadas, então, as medidas necessárias para se iniciar uma política de proteção dos bens móveis existentes na instituição militar. A ação do Barão de Monte Pedral corresponde a uma primitiva conceção de museu, entendido, nesta época, como lugar de recolha de armas e máquinas.

Quando irrompeu, na Europa, o grande surto de industrialização, a elite militar, pelo seu nível cultural e conhecimento científico, alcançou, nesta época, lugares de destaque no desempenho de funções diversas, nomeadamente na política e no ensino civil e militar (Barata 2004, 428-429). O Portugal do período da Regeneração viveu, na verdade, uma euforia de progresso, que se via concretizado na política dos melhoramentos materiais, nomeadamente nos transportes e nas comunicações, que viria a ser designada por “Fontismo”. Por decreto de Fontes Pereira de Melo em 1852, foi criado o Ensino Industrial que justifica a criação de museus industriais, como o Museu da Indústria (1852), os Museus Tecnológicos (1864) ou, ainda, os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. É neste contexto que o Museu de Artilharia, sucessor das casas de armas setecentistas, se converte em objeto de novas conceções. Os militares de Oitocentos não vão ser indiferentes à circulação de novas ideias sobre defesa e conservação do património cultural da nação. Assim, verifica-se a necessidade de perpetuar o passado através da preservação das peças ainda existentes no Arsenal do Exército. Todos os militares deviam responder à necessidade da sua organização, como garante da identidade da instituição, do seu passado e do seu presente (Correia 2002, 171-174).

Desta forma, o Museu do Arsenal passa da primitiva conceção de local de recolha de espólio militar e máquinas, para surgir como um museu modernizado, cujo

plano se deveu ao Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto de CastelBranco, seu primeiro diretor. Depois de estar instalado, durante anos, em espaços reconhecidos como totalmente inadequados, por Decreto Geral n.º 296 de 10 de dezembro de 1851 (note-se o facto de o museu ter sido criado cerca de sete meses após a insurreição militar de 1 de maio), foi criado o Museu de Artilharia, que ficou a ocupar a antiga Fundação de Baixo e o edifício nobre que a encimava - o Arsenal do Exército. Este decreto é resultado do projeto de reforma (apresentado em forma de relatório) entregue pelo Barão de Monte Pedral a 24 de outubro do mesmo ano, à Comissão nomeada pelo Duque de Saldanha, que depois de discutido e aprovado foi convertido em lei. Deste modo, o decreto de 1851 veio legalizar a existência do Museu que de acordo com o que fora projetado pelo Barão já existia com autorização do Ministro da Guerra. O referido projeto de reforma veio, mais tarde, a constituir o Decreto Régio de 24 de outubro de 1853 que instituiu o Regulamento pelo qual se passou a administrar o Arsenal do Exército. O Capítulo IX, Artigo 192.º, é dedicado ao Museu de Artilharia e estabelece que, “Conservar-se-há em lugar próprio, e na devida ordem, classificação, e aceio, todos os objectos curiosos, e dignos, por qualquer circumstancia, de se guardarem; tanto dos que pertencerem a artilharia, em geral, como objectos de luxo, fardamento, modelos, machinas, etc.”.

O Museu de Artilharia resultou de um contacto muito próximo com instituições europeias semelhantes, decorrente de visitas de estudo realizadas a nível oficial por militares e que permitiram identificar os modos de organização dos espaços e equipamentos mais convenientes. Daí que a sua criação tenha sido muito influenciada pelo que, então, se passava no estrangeiro e do contributo das visitas aos museus de armas já existentes. O aparecimento tardio, comparativamente ao resto da Europa, de um museu militar no seio do Exército, explica-se pois pela primeira metade do século XIX, em Portugal, ter sido um período especialmente conturbado. Se no seu início teve lugar a Guerra Peninsular onde se testemunharam três investidas do Exército francês a Portugal (1807, 1809 e 1810), assiste-se depois a um complexo e sangrento processo de implantação do liberalismo, com a revolução de 1820 e a sua vitória definitiva, após a guerra civil de 1831-1834. Durante este período, os militares estiveram sempre envolvidos no destino político do país. Por esta razão, na primeira metade do século XIX, a necessidade de criar museus no seio da instituição militar não foi especialmente

sentida, resumindo-se ao interesse pontual de alguns militares, comandantes de unidades militares ou nobres, porque se propiciaram condições ou porque houve uma consciencialização precoce da importância dos museus, enquanto espaços privilegiados de valorização da memória como elemento de coesão e reforço da unidade militar.

O processo de organização do Museu de Artilharia reflete a importância do papel do Exército na segunda metade do século XIX. Não será por isso de estranhar que, na sequência de, por um lado a crescente identificação do Exército com a nação verificada na segunda metade do século XIX, e, por outro, o facto de os militares ocuparem lugares importantes de decisão política, se tenha dado maior relevo à necessidade da existência de um museu militar de cariz nacional. Destaca-se, assim, o papel educativo que esse museu viria a desempenhar na transmissão de conhecimentos e no fortalecimento dos ideais patrióticos, como se conclui no seguinte artigo, “O Museu do Exército necessita que voltem para elle toda a atenção, que n’elle se empreguem todas as forças vivas da classe militar, e que todos os que sentem palpar o coração com orgulho por lhe pertencerem, venham, á porfia, zelar pelas suas relíquias, engrinaldar os seus louros e cuidar com carinho dos velhos tropheus que tanto esforço, tantas lagrimas, tanta alegria e tanta gloria causaram á Patria” (Arthur 1910, 21).

Dias antes da implantação da República, mais precisamente no dia 27 de setembro de 1910, é inaugurado o “Museu-Bibliotheca, commemorativo da Batalha do Bussaco”, atual Museu Militar do Buçaco, por D. Manuel II. Este Museu foi criado no âmbito do Primeiro Centenário da Batalha do Buçaco, com o objetivo de glorificar a ação heroica do Exército anglo-luso durante a Guerra Peninsular, mais especificamente no decorrer da Terceira Invasão Francesa a Portugal. A criação do Museu referido enuncia a tentativa do Exército de exortar as glórias do seu passado e consequentemente da história nacional. Desta forma, a criação dos museus militares, a organização de arquivos, de bibliotecas e do registo escrito da memória histórica através da elaboração e publicação das monografias das unidades (Monteiro 1995, 2), bem como as tradições e expressões orais como os gritos de guerra (Rodrigues 2011, 27) ou, ainda, a preservação dos rituais militares como o juramento de bandeira no qual cada futuro militar declara “Juro defender a minha pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua

liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida”, visam a criação dos “lugares da memória” enunciados por Pierre Nora (1997).

Na sequência do golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que se caracterizou pelo domínio do aparelho de Estado pelos militares, o Museu de Artilharia, através do Decreto do Ministério da Guerra n.º 12161, de 21 de agosto de 1926 volta a fazer parte da Arma de Artilharia mas, vê alterada a sua designação para Museu Militar (Decreto do Ministério da Guerra n.º 12161, de 21 de agosto de 1926, artigo 23.º, alínea d, ponto 7.º, p. 531), que permanece até à atualidade, e passa a alargar o âmbito das incorporações. O contexto da época justifica, então, a necessidade de uma designação mais abrangente, aspeto que já em 1910 tinha sido assinalado por Ribeiro Arthur (1910, 21), “A minha recente visita ao nosso museu militar e o muito respeito que tenho pelas tradições do exercito obrigam-me de novo a ocupar-me de um assumpto, que já tratei na imprensa, chamando a atenção dos meus camaradas e dos artistas para as condições precarias, restrictas e mal orientadas, em que se encontra o museu impropriamente chamado – museu d’artilharia, denominação anachronica e irreflectida. Penso também não ser o museu apanágio da arma de artilheria, e que para o seu brilho e grandeza todos devemos concorrer como sendo uma obra nacional”.

Segundo Isilda Monteiro (1995, 12), a propósito do registo da memória nas unidades militares, “A chama unificadora e vivificadora do ideal militar há tanto tempo arredia do exército português foi, durante a década de 20 [do século XX], conscientemente alimentada, por uma memória oficial, veiculadora uma vez mais de valores e exemplos a interiorizar pelos militares”. Esta afirmação é pertinente no que concerne ao panorama museológico no âmbito do Exército, tendo em conta que, em 1929, é criado um museu militar no seio do Regimento de Infantaria n.º 10, em Bragança (Regimento de Infantaria n.º 10. Ordem Regimental n.º 14. Quartel em Bragança, 14 de janeiro de 1929. Artigo 4.º), sob o comando do coronel António José Teixeira.

O Museu Militar ocupava alguns espaços da Torre de Menagem do Castelo de Bragança e, em 1932, na Ordem Regimental n.º 292 é nomeada uma comissão de forma a permitir um maior incremento do “Muzeu de Glórias e Arquivo Histórico-Militar

Bragançanos”, tendo em conta que o Museu referido era entendido como um repositório de glórias militares e que através dele seria possível “atestar não só a cultura intelectual da guarnição mas ainda o desejo de caminhar a par das nações mais civilizadas” (Regimento de Infantaria n.º 10. Ordem Regimental n.º 292. Quartel em Bragança, 19 de outubro de 1932. Artigo 12.º). Isto significa que por um lado o Museu era entendido como um espaço potenciador da educação, em paralelo à biblioteca, e em complemento à Escola Regimental e, simultaneamente glorificava as ações militares do passado, relativas ao regimento e a figuras militares ilustres da região. Por outro lado, é assinalada a preocupação em acompanhar os países considerados mais desenvolvidos através desta ação de salvaguarda e valorização do património e da leitura pedagógica que ele possibilita.

Os museus regimentais, fortemente ligados ao território que ocupam, no panorama museológico internacional, têm um grande desenvolvimento a partir do Armistício (11 de novembro de 1918) que marcou o fim da Grande Guerra (Reid 1997, 178). No caso específico do Reino Unido, esta tipologia de museus prolifera, na década de 1920, quando começam a ser recolhidos os objetos que se encontravam a decorar as messes dos sargentos e dos oficiais, para serem expostos no museu do regimento. Na perspetiva de Simon Jones (1996, 153-154), a missão dos museus regimentais é a de educar, promover o “espírito de corpo” e fomentar a memória coletiva. Na atualidade, é através dos seus museus que os regimentos têm oportunidade de comunicar com a comunidade civil e lhes dar a conhecer as ligações entre a organização social e o trabalho no campo de batalha. De outra forma, corre-se o risco dos regimentos poderem ser entendidos como elementos externos à sociedade e descontextualizados das realidades atuais.

O Museu Militar de Bragança localizado na Torre de Menagem foi gerido até ao final da década 1930 pelo Regimento de Infantaria n.º 10, e a partir dessa altura pelo Batalhão de Caçadores n.º 3, que ficou como herdeiro das tradições do Regimento, ficando a ocupar o mesmo espaço (Nogueiro 2009, 41). Em 1958, com a saída da unidade militar aquartelada em Bragança, o Museu foi encerrado e o seu acervo transferido para o Museu Militar (em Lisboa).

No final da década de setenta (do século XX), o Conselho da Revolução pelo Decreto-Lei n.º 242/77, de 8 de junho (Diário da República n.º 133, Suplemento, Série I de 08 de junho de 1977), cria com data de 1 de abril o Museu Militar do Porto, estabelecendo os objetivos e missão do mesmo. Contudo, a vontade de se criar um museu militar na cidade do Porto remonta ao ano de 1932, quando Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro e Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro oferecem ao Museu Militar (em Lisboa) parte da coleção Vitorino Ribeiro (cerca de seiscentos objetos) relacionada com os períodos das Invasões Francesas e das Lutas Liberais. A doação é feita ao Museu Militar, em Lisboa, porque na cidade do Porto ainda não existia um museu desta natureza.

A década de 1980 foi de extrema importância para o panorama museológico do Exército português, tendo em conta que foi criada uma rede de museologia militar pelo general Manuel Freire Themudo Barata, aprovada pelo Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército exarado em 30 de dezembro de 1982 na Informação n.º 103/82 (Rodrigues 2005, 151). Neste contexto, no dia 22 de agosto de 1983, foi reativado e inaugurado o museu que tinha estado instalado na Torre de Menagem do Castelo de Bragança. Para tal foi assinado um protocolo entre a Direção de Documentação e História Militar (atual DHCM) como representante do Estado-Maior do Exército (EME) e a Câmara Municipal de Bragança, visto estas entidades considerarem a necessidade de implementação do Museu Militar de Bragança, tendo em conta que havia o interesse geral do Exército, mas também o da população local. No documento referido foram especificadas as funções do Exército e da Câmara Municipal de Bragança, como a seguir se descreve: “a) – Ao E.M.E competirá a atribuição do pessoal militar destinado à direção, gestão e funcionamento do Museu, incluindo a manutenção, conservação e limpeza do material; b) – A Câmara Municipal de Bragança suportará as despesas referentes à: - Obtenção por cedência, manutenção e conservação das instalações do museu; - Fornecimento de água, gás, electricidade e aquecimento ao mesmo; - Guarda e vigilância exterior do Museu”.

Outra ação de relevo, no âmbito da rede de museologia militar, foi a criação do Museu Militar de Coimbra através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 103/85, de 5 de dezembro, tendo como missão a salvaguarda do património da

Região Militar do Centro. No dia 6 de dezembro de 1985, aproveitando-se o dia de encerramento das comemorações do VIII Centenário da morte de D. Afonso Henriques, patrono do Exército, teve lugar a inauguração oficial. O museu foi instalado numa dependência anexa ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.

Tal como acontecera com o Museu Militar do Porto, o Museu Militar de Coimbra foi criado com uma ligação intrínseca à região militar onde se localizava. Em Espanha este tipo de museus é designado por “museu histórico-militar”. O Instituto de Historia y Cultura Militar das Forças Armadas Espanholas – ramo do Exército, é o responsável pela proteção, conservação, investigação e divulgação do património histórico, cultural, móvel, documental e bibliográfico militar do Exército espanhol (Pernia Ramírez 2006, 31). Em março de 2006, foi elaborada pelo Estado-maior do Exército espanhol uma norma designada por “Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET” que regulamenta o património histórico espanhol e estabelece uma classificação para os museus militares. O documento referido, no que respeita aos museus relacionados com as regiões militares, define, “Se considera Museos Histórico-Militares los que se crearon en las antiguas Regiones y Zonas militares y que tienen como objetivo la conservación y difusión de los bienes culturales de las Unidades que históricamente pertenecieron al ámbito territorial en el que se encuadran. Deben ofrecer, de forma preferente, por su planteamiento y contenido, la evolución de la historia militar de su ámbito territorial en el marco de una visión global de la historia militar de España” (Estado-maior do Exército Espanhol, Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET 2006, 9).

Em Portugal, ainda em 1985, é construído de raiz o Museu Militar de Aljubarrota, no âmbito do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota (1385-1985). A sua criação foi determinada oficialmente no Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 66/86, de 7 de agosto, e a inauguração teve lugar no dia 14, em alusão ao dia da Batalha (14 de agosto de 1385). O Campo Militar de Aljubarrota onde foi instalado o Museu foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 18/2010 (Diário da República, I.ª série, n.º 250, de 28 de dezembro de 2010).

Em 1987, através da Portaria do Ministério da Defesa Nacional n.º 106/87, de 16 de fevereiro (Diário da República n.º 39 - I Série, de 16 de fevereiro de 1987, 609-610) foi formalizada a criação do Museu Militar de Bragança e estabelecida a sua missão, reportada a 22 de agosto de 1983. O Museu passa então a ocupar os quatro pisos da Torre de Menagem do Castelo de Bragança.

No ano seguinte, no que respeita ao Museu Militar de Aljubarrota, o Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 193/98 (Ordem do Exército n.º 7, I Série, 1998, 209-210) altera a designação para Museu Militar da Batalha.

Na década de noventa (do século XX), ainda no âmbito da ação da rede de museologia militar e na sequência da reestruturação do Exército português, prevista no Decreto-Lei n.º 50/93 de 26 de fevereiro (Diário da República – I.ª Série-A n.º 48 – 26-02-1993, 822-827) o Museu Militar do Buçaco passa a destacamento do Museu Militar de Lisboa. É ainda no contexto referido, que são criados os Museus Militares dos Açores e da Madeira, através do Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 72 de 1993 (Diário da República – II Série n.º 163 – 14-07-1993, 7504), com o objetivo de dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei 50/93 supracitado, fixando a relação das unidades, estabelecimentos e demais órgãos que correspondem à organização prevista no referido decreto-lei. Estes museus tornam-se efetivos com a data de 1 de agosto de 1993, através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 133/93, de 14 de julho (Ordem do Exército n.º 7, I.ª Série, 14 de julho de 1993, 376-377).

Apesar da sua criação em 1993, o Museu Militar dos Açores não foi logo instalado pois não se encontravam reunidas as condições no que respeita ao acervo, recursos humanos, localização, entre outros elementos. O processo de instalação do museu ocorreu entre 2000 e 2006, tendo durante este período uma acessibilidade limitada a grupo escolares. O museu encontra-se aberto ao público desde 2006.

No caso específico da Madeira, desde o início do século XX que germinava a vontade da criação de um museu militar pelo tenente-coronel Alberto Artur Sarmiento, aquando da sua colaboração com o jornal *Heraldo da Madeira*. Em 1979, esta vontade concretiza-se com a realização da primeira exposição do Museu Militar e catálogo, pelo

capitão Rui Carita, apoiado por particulares e algumas entidades oficiais como a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Comissão de Atividades Culturais da Câmara Municipal do Funchal, a Câmara Municipal do Machico e o Museu da Quinta das Cruzes. O catálogo da exposição foi apresentado pelo autor António Ribeiro Marques da Silva que ressalva a importância da criação de um museu militar no Funchal, “O museu militar assume toda a importância que lhe advém da sua missão de testemunho ilustrativo quer da obra humana, quer da história ou cultura dos povos, para além dos seus objectivos de investigação incremento e divulgação daqueles aspectos. É uma necessidade cultural a criação de um museu militar na nossa cidade” (Carita 1979, 2).

Os Museus Militares dos Açores e da Madeira têm em comum o documento fundador, mas também a natureza dos edifícios onde se encontram instalados. O Museu Militar dos Açores localiza-se em Ponta Delgada, num edifício histórico classificado como Imóvel de Interesse Público – o Forte de S. Brás. O Museu Militar da Madeira localiza-se no Funchal, num edifício histórico classificado como Monumento Nacional – o Palácio de São Lourenço.

Segundo Francisco Amado Rodrigues, a rede de museologia militar terá definido após 1993, consequência, entre outros aspetos, da falta de investimento ao nível dos recursos humanos e financeiros (Rodrigues 2005, 155).

Já no século XXI, o Despacho do Estado-maior do Exército n.º 154/01 voltou a alterar a designação do Museu Militar da Batalha para Campo Militar de São Jorge – Museu Militar. E, no ano de 2004 é publicado o Despacho Conjunto n.º 457/2004 (Diário da República – II.ª Série, n.º 177 de 29 de julho de 2004, 11438-11439), dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional que reafeta o Campo Militar de São Jorge – Museu Militar por noventa e nove anos à Fundação Batalha de Aljubarrota. A reafetação teve como objetivo a remodelação e ampliação do Museu Militar de São Jorge e a sua transformação em Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (inaugurado a 11 de outubro de 2008). A Fundação tem apoiado o processo de recuperação de outros campos de batalha, tais como o Campo de Batalha dos Atoleiros, o Campo Batalha de Trancoso, o Campo de Batalha das Linhas de Elvas, o Campo de

Batalha do Ameixial e o Campo de Batalha de Montes Claros. Estes são os principais campos de batalha associados à Guerra da Independência (1383-1385) e à Guerra da Restauração (1640-1668), que se situam em território nacional. Segundo William Reid o State Borodino War and History Museum and Reserve (Moscou, Rússia), localizado no campo da Batalha de Borodino (1812) é considerado o mais antigo museu desta tipologia. Na perspetiva deste autor os museus ligados a campos de batalhas devem ser entendidos como tema de estudo do ponto de vista académico, mas também como uma possibilidade comercial do ponto de vista do turismo cultural (Reid 1997, 179).

Na sequência de uma nova reestruturação do Exército português e com o incentivo da DHCM, o panorama museológico do Exército é incrementado com a criação do Museu Militar de Elvas, através do Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 12555/2006, de 24 de maio (Diário da República – II.ª Série, n.º 115 – 2006-06-16, 8737). A necessidade de se criar um museu militar em Elvas já tinha sido assinalada no contexto da rede de museologia militar anteriormente referida, sendo que no “Roteiro dos Museus Militares”, que data de 1996, existe já a referência a projetos de estudo para implementação de museus militares em Elvas, Évora e Angra do Heroísmo.

A inauguração do Museu Militar de Elvas só ocorreu três anos após a publicação do seu documento fundador, mais precisamente no dia 29 de outubro de 2009. O Museu ficou a ocupar as instalações do Regimento de Infantaria n.º 8 que constituem um conjunto de construções de relevante valor histórico, a saber: o Convento de S. Domingos, classificado como Monumento Nacional, o Quartel do Casarão e a Muralha Fernandina.

Em 2010, no âmbito de uma nova política museológica do Exército, no dia 15 de junho de 2010, o Museu Militar de Coimbra foi desativado através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 117, de 08 de junho de 2010. O acervo reunido, durante 25 anos, foi transferido para os outros museus militares na dependência da DHCM.

Considerações finais

Na atualidade, existem, a nível nacional, no ramo Exército e na dependência da DHCM os seguintes museus militares: o Museu Militar dos Açores, o Museu Militar de Bragança, o Museu Militar de Elvas, o Museu Militar de Lisboa (e na sua dependência o Museu Militar do Buçaco), o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar do Porto. Existem ainda para além dos museus militares referidos, outras instituições de caráter museológico localizados em Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército. A este respeito alude Francisco Amado Rodrigues na sua dissertação de mestrado “Uma Nova Rede de Museus para o Exército Português”, defendida em 2005, onde identifica, num levantamento realizado no âmbito do Exército, 29 museus/núcleos museológicos/outras denominações existentes. Na perspetiva do que foi dito urge definir, no ramo do Exército, quais as entidades que reúnem condições de museu ou de coleção visitável, tendo em conta a “Lei-Quadro dos Museus Portugueses”, de forma a ser possível identificar, estudar, preservar e divulgar os testemunhos materiais e imateriais do Exército, contribuindo para o aprofundamento do sentido de identidade da comunidade onde se insere e para o desenvolvimento do pensamento crítico e dos níveis de literacia na área da “Defesa Nacional”.

Referências bibliográficas

Artur, Ribeiro. 1910. O Museu do Exército. *O Ocidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Extranjeiro* n.º 1119: pp. 21-22.

Barata, Manuel Themudo. 2004. Ensino militar: passos definitivos em Portugal e no Brasil. In *Nova História de Portugal*, Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano, pp. 422-429. Lisboa: Círculo de Leitores.

Barroca, Mário Jorge. 1997. Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do espaço de habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV). *Revista da História das Ideias* Volume 19: pp. 39-103.

TEIXEIRA, Mariana Jacob – Dos armazéns de armas aos atuais museus militares da Direção de História e Cultura Militar. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 182-200.

Carita, Rui. 1979. *A espingarda e os uniformes: catálogo da 1ª Exposição do Museu Militar da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia). 1930. 10.ª Edição. Lisboa: Tip. De «O Sport de Lisboa».

Correia, Maria Teresa Rodrigues de Almeida. 2002. A génese de um museu: do Arsenal Real do Exército ao Museu de Artilharia. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro de 1851.

Decreto n.º 18/2010. Diário da República, I.ª série, n.º 250, de 28 de dezembro de 2010.

Decreto Régio de 24 de Outubro de 1853.

Decreto-Lei do Conselho da Revolução n.º 242/77.

Decreto-Lei n.º 50/93. Diário da República – I.ª Série-A n.º 48 de 26 de fevereiro de 1993: 822-827.

Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional N.º 457/2004.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 117, de 08 de junho de 2010

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 133/93, de 14 de julho. Ordem do Exército n.º 7, I.ª Série, 14 de julho de 1993: 376-377.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 193/98. Ordem do Exército N.º 7, I Série, 1998: 209-210.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 103/85, de 5 de Dezembro.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 66/86, de 7 de Agosto.

Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 72 de 1993. Diário da República – II Série n.º 163 de 14 de julho de 1993: 7504.

TEIXEIRA, Mariana Jacob – Dos armazéns de armas aos atuais museus militares da Direção de História e Cultura Militar. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 182-200.

Estado-maior do Exército Espanhol. 2006. Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET: 9.

Hernández Hernández, Francisca. 2006. El discurso museológico en los museos militares: génesis, conceptualización y narrativa museológica. *Revista de Museología* n.º 37: pp. 8-26.

Jones, Simon. 1996. Making Histories of Wars. *In Making Histories in Museums*, Kavanagh, Gaynor, pp. 152-162. London: Leicester University Press.

Machado, Raul. 1937. *Damião de Góis: Lisboa de Quinhentos*. Lisboa: Livraria Avelar Machado.

Monteiro, Isilda Braga da Costa. 1995. O Exército e o registo da memória. As monografias das unidades. Apresentada no *VI Colóquio «Portugal na História Militar»*.

Pernia Ramírez, Ana. 2006. Pasado, presente y futuro de los Museos Militares del Ejército de Tierra. *Revista de Museología* n.º 37: pp. 30-32.

Portaria do Ministério da Defesa Nacional n.º. 106/87.

Regimento de Infantaria n.º 10. Ordem Regimental n.º 14. Quartel em Bragança, 14 de janeiro de 1929.

Regimento de Infantaria n.º 10. Ordem Regimental n.º 292. Quartel em Bragança, 19 de outubro de 1932.

Reid, William. 1997. El papel de los museos militares en la sociedad europea. *MILITARIA – Revista de Cultura Militar* n.º 9: pp. 175-186.

Rodrigues, Francisco Amado. 2011. O Exército nos trilhos do imaterial. *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto* n.º 9: pp. 23-31.

Rodrigues, Francisco Amado. 2005. Uma nova rede de museus para o Exército Português. Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Santos, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos. 1970. *Aspectos da museologia em Portugal no século XIX – Lisboa*. Lisboa: Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Museu Nacional de Arte Antiga.